— mas, quando acontece acontece de forma apocalíptica. A concentração da renda é mais grave em Minas, a nível pessoal e regional, que em qualquer outro lugar do País — argumenta o Secretário. "Acima do Paralelo 19, onde está Belo Horizonte, temos os Vales do Mucuri e do Jequitinhonha, onde a renda **per capita** é menor que a da mais miserável região nordestina. Temos 400 mil favelados e 800 vilas em Belo Horizonte, quase 30% da população urbana. Num instante em que o debate político se torna mais amplo e livre — continua — todas essas desigualdades tomam o centro das discussões. A política salarial injusta reflete-se agora, ao lado da desaceleração econômica e do livre debate, nessa situação de crise e instabilidade.

— O Poder Público — completa — não estava preparado para essa transição. Por isso, terá de aprender a prevenir, a dialogar, a negociar, a reconhecer o sindicato e o perigo da anarquia. Temos de ter tolerância com os abusos que virão, para manter nossos compromissos com a abertura política.

A situação é mais grave do que se pensa, dão a entender os mais rigorosos analistas da crise mineira. Se um dia o País tiver de explodir, o primeiro estopim a incendiar-se será o de Minas — e essa é uma dura realidade com a qual os dirigentes terão de conviver."

Eis, não apenas uma constatação de que os Vales do Mucuri e Jequitinhonha são uma região de graves problemas sociais, mas, isto sim, do mais grave, superando em miséria o próprio Nordeste brasileiro.

No Vale do Jequitinhonha existe uma cidade — Almanara — em torno da qual se polarizam mais de uma dezena de outros municípios.

Seu povo, sua gente, todavia, para uma simples consulta médica, tem de se locomover mais de 300 km até a cidade de Teófilo Otoni.

Por que essa situação? Porque, simplesmente, já foi autorizada a implantação do posto do INPS, mas até hoje não foi instalado.

Não se pode conceber como uma região tão carente fique marginalizada, por essa simples medida burocrática.

Isto é mais do que crime, é desumanidade.

Doutra forma a localização, naquela região, de um armazém da COBAL, é medida exigida pela própria situação de penúria de nossos irmãos.

Não creio, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que diante de tão dantesco quadro, agora denunciado no Brasil inteiro, os altos escalões da República fiquem cegos, surdos e mudos. Pois, se tal situação perdurar nos Vales do Mucuri e Jequitinhonha, ratificando o descaso dos Poderes centrais para com aquelas regiões, seria o caso de se parafrasear o atual Governador Deputado Francelino Pereira, e exclamarmos:

— Que País é este?

O SR. OLIVIR GABARDO (MDB — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, dois fatos da maior relevância, no panorama internacional, ocorreram nos últimos meses, dos quais o Governo brasileiro — se é que tem consciência do momento histórico em que estamos vivendo — deve tirar as devidas conclusões para conduzir sua política no futuro. Refiro-me à reorientação do Governo norte-americano no sentido de um tratamento diferente para a política externa daquele País com relação à América Latina. Até há pouco tempo, o Governo americano se dedicou com ênfase à defesa dos direitos humanos, e, recentemente, o Secretário de Estado Cyrus Vance, em reunião com vários Presidentes latino-americanos, informou a decisão daquele Governo de fomentar o restabelecimento das democracias em solo latino-americano.

Sr. Presidente, sentimos, com satisfação, que o país-líder da democracia no mundo toma uma posição firme e destemida para a eliminação das ditaduras militares que ainda restam no solo latino-americano. Não há mais lugar para essas ditaduras, Sr. Presidente. A crise econômica que abala o mundo certamente há de conscientizar esses homens de que é preferível dirigir os destinos de cada uma dessas nações voltados para o seu povo, tomando consciência do momento histórico em que vivemos.

Sr. Presidente, acredito que os acontecimentos verificados no Peru e na Bolívia, dois países que mantiveram regimes militares e ditatoriais até recentemente, dão o exemplo de como o país-líder da América do Sul, no plano econômico, deveria orientar a sua política para o futuro.

Lamentamos, Sr. Presidente, que esses dois fatos não tenham informado ainda a consciência dos nossos governantes, pois que o Governo reluta tanto para oferecer a pacificação à família brasileira, através da anistia. O Governo brasileiro não pode ignorar as dificuldades que enfrentam não apenas os países da América Latina, mas todo o mundo, nesta encruzilhada difícil da crise econômica e financeira, que por certo desaguará em grandes crises sociais, a cujo início já temos assistido por este Brasil afora. É, portanto, importante que o Governo, apercebendo-se desta realidade, libere o Congresso Nacional, que o partido da Maioria também sinta a vontade do povo brasileiro de se reencontrar com seu verdadeiro destino e que se instale, definitivamente, a democracia que o povo tanto reclama.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (ARENA — MS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, evoco desta tribuna a figura de um cidadão exemplar: Assaf Trad.

Há um mês faleceu ele na cidade de Campo Grande, MS, onde exercia as honrosas funções de Cônsul do Líbano para Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Como afirmou o jornalista Santa Rosa, do **Jornal da Manhã** da Capital sul-mato-grossense: "Assaf Trad personificava com exatidão a figura do homem bom. Excelente chefe de família e grande construtor de amizade, esse libanês brasileiro que amou com intensidade os dois países que tinha no seu coração como uma só terra, nos deixou de surpresa, partindo para sua morada eterna — verde bosque de cedros e pau-brasil — deixando uma imensa saudade, é bem verdade".

Veio do Líbano na década de 20, fixando-se em Corumbá, Miranda e finalmente Campo Grande, onde, na realidade, pôde fixar sua personalidade de homem público. Na vida pública, sem fazer política partidária, Assaf Trad perseguiu para atingir em curto prazo a integração de seus irmãos do Oriente Médio com os brasileiros do extremo Centro-Oeste.

Graças a um trabalho inteligente, com sua palavra de grande tribuno, sua simpatia pessoal e seu trabalho incessante e persuasivo conseguiu o que até à época de sua grande obra não se compreendia possível: o entendimento e sobretudo o entrosamento entre cidadãos de terras diferentes que desejavam viver em terra comum.

Hoje, naqueles dois Estados existe uma comunidade libano-brasileira, cujos sentimentos se irmanam numa fraternidade sincera e construtiva.

Se outros méritos não existissem — e muitos os tinha — legou Assaf Trad aos seus concidadãos uma herança que tem seu maior valor porque não material, mas sim fruto de seu coração largo, com raízes nos sentimentos mais puros de dois povos — o brasileiro e o libanês — que ali constituíram, como testamento de Assaf Trad, uma só comunidade.

É o valor do grande mato-grossense-brasileiro-libanês, Assaf Trad, que exalto nesta homenagem da alta tribuna do povo brasileiro.

Era o que tinha a dizer.

O SR. WALMOR DE LUCA (MDB — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, a questão problemática que gostaríamos de abordar nesta tribuna envolve alta complexidade e, em última instância, está vinculada à crise de nosso modelo educacional. Um exame mais profundo e longo ficará para outra ocasião.

A educação brasileira está em crise. O ensino vive um triste período de degradação e mercantilização, no qual a pecúnia e o capital falam mais alto que os próprios valores pedagógicos. A euforia do pseudomilagre brasileiro, que depois de aberto o debate ficou demonstrado que foi uma grande tragédia, principalmente para o povo, penetrou também no setor educacional. A quantidade passou a valer mais que a qualidade. E os sagrados objetivos da educação, entre os quais o conhecimento como fonte de transformação da realidade, foram pisoteados. Medidas demagógicas, feitas superficialmente, sem exame de nossa realidade social, foram tomadas apenas para a publicidade de um governo autoritário e sem legitimação popular. Sabe-se, por exemplo, que a profissão de biomédico foi criada artificialmente, para acomodar os excedentes na época que tentaram entrar nas Faculdades de Medicina. O Ministério da Educação e Cultura buscou apenas acomodar e abafar superficialmente alguns conflitos. Nosso regime só ataca os problemas de maneira rasa, nunca vai às causas. E procurava atenuar a angústia de alunos que não conseguiam entrar no curso de Medicina, dando-lhes a ilusão de *status*, com o título de biomédico. Mas, por detrás dos ilusionismos governistas, existe uma realidade mais dura.

Os tentáculos das empresas multinacionais, recrudescidos a partir de 1964, já espoliavam o País bem antes.

As multinacionais sempre desejaram manter o controle quase absoluto dos medicamentos em nosso País. E, nos parâmetros capitalistas do governo, de entregar nossas riquezas à sanha insa-